



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB

CENTRO DE EDUCAÇÃO

CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

KARLA ANDREIA DE SOUZA BARBOSA

**PRÁTICAS EDUCATIVAS DESENVOLVIDAS NA APAE– AREIA/PB: REFLEXÕES
SOBRE A PRÁTICA DOCENTE**

JOÃO PESSOA - PB

2020

KARLA ANDREIA DE SOUZA BARBOSA

**PRÁTICAS EDUCATIVAS DESENVOLVIDAS NA APAE – AREIA/PB: REFLEXÕES
SOBRE A PRÁTICA DOCENTE**

Trabalho realizado como exigência parcial para
obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia,
através do Centro de Educação da Universidade
Federal da Paraíba – UFPB.

Orientador (a): Giuliana Cavalcanti Vasconcelos

JOÃO PESSOA - PB

2020

Catlogação na publicação
Seção de Catlogação e Classificação

B238p Barbosa, Karla Andreia de Souza.
PRÁTICAS EDUCATIVAS DESENVOLVIDAS NA APAE-AREIA/PB:
REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA DOCENTE / Karla Andreia de
Souza Barbosa. - João Pessoa, 2020.
49 f.

Monografia (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. APAE; Práticas educativas; Necessidades especiais.
I. Título

UFPB/BC

KARLA ANDREIA DE SOUZA BARBOSA

PRÁTICAS EDUCATIVAS INCLUSIVAS: REFLEXÕES SOBRE A DOCÊNCIA

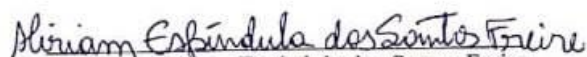
Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Coordenação do Curso de
Licenciatura Plena em Pedagogia na
Modalidade a Distância, do Centro de
Educação da Universidade Federal da
Paraíba, como requisito institucional para
obtenção do título de Licenciado em
Pedagogia.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Aprovada em: 09/12/2019.


Prof.^a Giuliana Cavalcanti Vasconcelos
Orientadora

Prof.^a Dr.^a Nathália Fernandes Egito Rocha
Examinadora


Prof.^a Ms. Miriam Espíndula dos Santos Freire
Examinadora

Dedico este trabalho à minha família e a todos que contribuíram com carinho, admiração, gratidão, compreensão, presença e incansável apoio ao longo do período de formação acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Agradecer primeiramente a Deus, por me dar o dom da vida e força para enfrentar a batalha diariamente.

Aos meus pais, por tudo que fizeram e fazem por mim, pela força, pelo incentivo de lutar pelos meus ideais, pelos exemplos de vida, pela simplicidade e o carinho, itens imprescindíveis na construção do meu caráter.

Ao meu esposo que sempre me deu conselhos, força, coragem, incentivo e além de tudo pela sua paciência em entender a privação de muitas horas de lazer que não pude oferecer devido o tempo dedicado a este trabalho.

As minhas filhas, por compreenderem a situação do tempo que não lhe dei a atenção suficiente devido à correria do dia a dia. Hoje mais do que nunca essa vitória também é delas.

À professora, pelo apoio e conhecimento transmitido.

À UFPB, a todos os professores e tutores que fizeram parte da minha formação acadêmica.

Aos meus colegas da empresa que trabalho, pelo companheirismo e disponibilidade para me auxiliar em vários momentos.

Enfim, agradeço a todos que contribuíram para que este sonho esteja hoje se tornando uma realidade em minha vida.

RESUMO

Objetivou-se com essa pesquisa avaliar as práticas educativas desenvolvidas na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) da cidade de Areia - PB, visando compreender como as professoras realizam as práticas educativas. O trabalho foi desenvolvido na APAE da cidade de Areia-PB, sendo realizada uma pesquisa qualitativa. Foi aplicado um questionário entre as professoras da APAE que trabalham com os alunos com necessidades educativas especiais. Após a sistematização dos dados foi possível avaliar que as professoras que dão aula aos alunos possuem curso superior, mas não possuem uma especialização em Educação Especial. Os resultados indicam que as professoras não têm formação específica, ainda que tenham participado de algumas palestras, mas que nunca fizeram um curso na área, que aprenderam a lidar com os alunos no cotidiano da sala de aula. Mesmo com essa pouca capacitação, as mesmas desenvolvem um trabalho sério, responsável e cheio de respeito as diferenças.

Palavras-chave: APAE; Práticas educativas; Necessidades especiais.

ABSTRACT

The objective of this research was to evaluate the educational practices developed at the Association of Parents and Friends of the Exceptional (APAE) in the city of Areia - PB, aiming to understand how the teachers carry out the educational practices. The work was developed at APAE in the city of Areia-PB, and a qualitative research was carried out. A questionnaire was applied among APAE teachers who work with students with special educational needs. After systematizing the data, it was possible to assess that the teachers who teach students have a college degree, but do not have a specialization in Special Education. The results indicate that the teachers do not have specific training, even though they have participated in some lectures, but that they never took a course in the area, that they learned to deal with students in the classroom. Even with this little training, they develop a serious, responsible and respectful work with differences.

Keywords: APAE; Educational practices; Special needs

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. REFERENCIAL TEÓRICO	11
2.1 FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	11
2.2 HISTÓRIA DA APAE	14
2.3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA	16
2.4 APAE-AREIA/PB	17
2.5 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O TRABALHO NA APAE-AREIA/PB	18
3. METODOLOGIA.....	22
3.1 TIPO DE PESQUISA	22
3.2. UNIVERSO E SUJEITOS DA PESQUISA	22
3.3. INSTRUMENTOS DA COLETA DE DADOS.....	22
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	23
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
6. REFERÊNCIAS	31
7. APÊNDICE	35

1 INTRODUÇÃO

A noção de necessidades educacionais especiais entrou em evidência a partir das discussões do chamado “movimento pela inclusão” e dos reflexos provocados pela Conferência Mundial sobre Educação Especial, realizada em Salamanca, na Espanha, em 1994. Nesse evento, foi elaborado um documento mundialmente significativo denominado Declaração de Salamanca no qual foram levantados aspectos inovadores para a reforma de políticas e sistemas educacionais (MENEZES, 2001).

E foi justamente na Declaração de Salamanca onde o conceito de escola inclusiva foi definido, pois a escola inclusa é o lugar onde todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter, conhecendo e respondendo as necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com as comunidades (CARVALHO, 2002, p.22).

Toda escola deve estar engajada para receber alunos com necessidades especiais, desenvolvendo um projeto político pedagógico que envolva estes alunos, tendo instrumental didático, esclarecimento sobre as necessidades educacionais especiais do aluno, entre muitas outras limitações (GOUVEIA, 2012). Assim como é corriqueiro se perceber que muitos docentes não estão adequadamente preparados para ensinar aos alunos com necessidades especiais, e isso faz com que esses professores fiquem perdidos, tendendo a homogeneizar os alunos, o que implica em consequências danosas para ambas as partes.

Sendo assim, faz-se necessário que os professores que atendem a esses alunos tenham uma certa especialização. É fundamental a formação especializada para lidar com pessoas que apresentam deficiência. A formação inicial e continuada são elementos importantes para a qualificação profissional do educador e consequente melhoria na prática pedagógica e no sucesso do ensino (MEC/SEESP, 2004).

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (2018, p.39), os professores com especialização devem possuir especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

O papel a ser desenvolvido pelo professor especializado em Educação Especial, é apoiar o professor da classe comum, auxiliando na existência necessária, contribuindo, assim

com a inclusão. De acordo com a Resolução CNE/CEB de 2/11/2001 os professores especializados em Educação Especial são aqueles que desenvolvem competências para identificar as necessidades especiais, para definir, implementar, liderar e apoiar a implementação de estratégias de flexibilização, adaptação curricular, procedimentos didático-pedagógicos e práticas alternativas, adequadas ao atendimento das mesmas, bem como trabalhar em equipe, assistindo ao professor de classe comum nas práticas que são necessárias para promover a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais (BRASIL, 2001).

A formação dos profissionais da educação é essencial para a melhoria do processo de ensino e para o enfrentamento das diferentes situações que implicam a tarefa de educar (BRASIL, 2007). Além do que, a formação oferece meios para que os mesmos possam trabalhar também com alunos que necessitam de educação especial.

Diante do exposto o trabalho teve como objetivo avaliar as práticas educacionais desenvolvidas na APAE da cidade de Areia-PB, visando compreender como as professoras realizam as práticas educativas oferecidas às crianças que possuem necessidades educacionais especiais, bem como discutir o papel social que os professores podem realizar com relação ao processo de inclusão das pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Historicamente, a Educação Especial tem sido considerada como a educação de pessoas com deficiência, seja ela mental, auditiva, visual, motora, física, múltipla ou decorrente de distúrbios invasivos do desenvolvimento, além das pessoas superdotadas. Sendo assim, a educação especial está pontilhada ou por explícitos mecanismos de rejeição concretizados nas perversas formas de exclusão, ou por sentimentos de amor ao próximo (CARVALHO, 2007).

A Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) produziu vários documentos norteadores para o desenvolvimento de políticas públicas internas. A ONU, em 1948, proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, na qual reconhece em seu Art.1º que:

Todos os seres humanos nascem livres e iguais, em dignidade e direitos, sem distinção alguma, de raça, de cor, de sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição”. De maneira geral, esta declaração assegura às pessoas com deficiência os mesmos direitos à liberdade, a uma vida digna, à educação fundamental ao desenvolvimento pessoal e social e à livre participação na vida da comunidade (BRASIL, 2004).

Em 1961, o atendimento educacional às pessoas com deficiência passa a ser fundamentado pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – (LDBEN), Lei nº.4.024/1961, que garante o direito da criança com deficiência à educação, preferencialmente dentro do sistema regular de ensino.

No entanto a Lei nº 5.692/71, que alterou a LDBEN de 1961, ao definir tratamento especial para os alunos com “deficiências físicas, mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados”, não promoveu a organização de um sistema de ensino capaz de atender às necessidades educacionais especiais e reforçou o encaminhamento dos alunos para as classes e escolas especiais. Em seguida, no ano de 1973, foi criado o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) responsável pela gerência da educação especial no Brasil com a perspectiva de integrar os alunos que tinham dificuldade de acompanhar o ritmo de aprendizagem e dos demais, sendo encaminhados para a Educação Especial.

O Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) foi criado para promover em todo território nacional a expansão e a melhoria do atendimento aos deficientes, assumiu a coordenação dessa tarefa até sua extinção em 1986, quando foi substituído pela Secretaria de Educação Especial (CARVALHO, 2007).

Outro documento que trata da educação é a Declaração de Sundeberg (1981), que de acordo com Carvalho (2007) foi o resultado de um dos mais significativos eventos internacionais na área da educação especial.

A Conferência Mundial sobre as Ações e Estratégias para a Educação, Prevenção e Integração dos Impedidos. O evento representou o início de uma década destinada a estimular o cumprimento dos direitos dessas pessoas à educação, à saúde e ao trabalho.

A Declaração de Sunderberg tem por finalidade o pleno desenvolvimento de todos os deficientes, bem como, sua completa participação na vida social. E afirma que todas as pessoas deficientes poderão exercer seu direito fundamental de pleno acesso à educação, à formação, à cultura e à informação (CARVALHO, 2002).

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 assumiu, formalmente, os mesmos princípios postos na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Na Constituição Federal, os Fundamentos da República são a cidadania e a dignidade da pessoa humana (Art. 1º, inc. II e III), bem como à promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (Art. 3º, inc. IV) (BRASIL, 1988).

Em março de 1990, o Brasil participou da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia, na qual foi proclamada a Declaração Mundial de Educação para Todos. Nesta declaração, os países relembram que a educação é um direito fundamental de todos, mulheres e homens, de todas as idades, no mundo inteiro (BRASIL, 1990).

Diante dos vários progressos na legislação a respeito da educação, outro encontro significativo para a educação especial foi a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, realizada pela UNESCO, em Salamanca (Espanha), em junho de 1994. Nesta conferência, foi reafirmado o direito à educação de cada indivíduo, conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e as demandas resultantes da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em 1990, que teve como objetivo específico, a atenção educacional, o direito à educação para todos os indivíduos.

Também neste ano em 13 de julho de 1990, foi promulgada a Lei nº 8.069, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que dispõe em seu Art. 3º, que a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes às pessoas humanas sem prejuízo da

produção integral de que trata esta lei, assegurando-lhes por lei, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade” (BRASIL, 1990).

Em 1999, acontece a Convenção da Guatemala, a partir da Convenção Interamericana para eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas que apresentam deficiência, as quais, os Estados reafirmaram que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas e reconhecendo que “toda pessoa afetada por diminuição de suas capacidades físicas ou mentais tem direito a receber atenção especial, a fim de alcançar o máximo desenvolvimento da sua personalidade

O Brasil é signatário dessa convenção que foi ratificado pelo Decreto nº 3.956/2001. Esse Decreto tem importante repercussão na educação, exigindo uma reinterpretação da educação especial, compreendida no contexto da diferenciação adotada para promover a eliminação das barreiras que impedem o acesso à escolarização (BRASIL, 2004).

Na perspectiva de incluir as pessoas deficientes na sociedade surge a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência prevista no Decreto nº 3.298/99 que adota os seguintes princípios:

- I – Desenvolvimento de ação conjunta do Estado e da sociedade civil, de modo a assegurar a plena integração da pessoa portadora de deficiência no contexto socioeconômico e cultural;
- II – Estabelecimento de mecanismos e instrumentos legais e operacionais que assegurem às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos que, decorrentes da Constituição das leis, propiciam o seu bem-estar pessoal, social e econômico;
- III – Respeito às pessoas portadoras de deficiência, que devem receber igualdade de oportunidades na sociedade, por reconhecimento dos direitos que lhes são assegurados, sem privilégios ou paternalismos.

O referido decreto que regulamenta a Lei nº 7.853/89 define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular (BRASIL, 2004). Acompanhando o processo de mudanças, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial Básica, a Resolução CNE/CEB nº 02/2001, manifesta o compromisso do país com “o desafio de construir coletivamente as condições para atender bem à diversidade de seus alunos”. Dessa forma, ratifica a obrigatoriedade da matrícula de todos os alunos, declarando que “os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos”. (MEC/SEESP, 2001)

Segundo Aranha (2004) diante desse pressuposto não é o aluno que tem de se adequar à escola, mas a escola, consciente de sua função, coloca-se à disposição do aluno, tornando-se um espaço inclusivo. A Lei nº 10.172/2001 aprova o Plano Nacional de Educação (PNE, 2001-2010), estabelecendo objetivos e metas para a educação das pessoas com necessidades educacionais especiais, entre estes podemos destacar padrões mínimos de infraestrutura das escolas para atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais (BRASIL, 2008).

Segundo Kassar (2004), no contexto da legislação brasileira sobre a história da Educação Especial, aponta que o atendimento à população com deficiências mais severas, revela-se, apenas, quando enfocamos as “margens” da Educação, através da presença das instituições assistenciais, das “parcerias” do atendimento às pessoas com deficiências mais graves pelo serviço público, especialmente, no setor educacional.

Carvalho (2007) descreve que a Educação Especial, durante décadas, manteve as mesmas características do ensino regular desenvolvido nas escolas tradicionais e sempre adotando práticas adaptativas. Assim, inicialmente, a escola especial foi criada para substituir a escola comum no atendimento aos alunos com deficiência, assumindo o compromisso da escola comum. Como destaca Batista (2006) entendia-se que os alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) necessitavam de condições escolares especiais, o que incluía currículos e ensino adaptados. Essas adaptações e orientações agora são de responsabilidade da escola regular, já que a legislação brasileira, seguindo as orientações internacionais deve atender qualitativamente os alunos com Necessidades Educacionais Especiais em seus sistemas de ensino regular.

Para Carvalho (2007) costuma-se relacionar à Declaração Mundial de Educação para Todos com os alunos ditos “normais”, enquanto que a Declaração de Salamanca é entendida como um documento “complementar”, destinado aos alunos com necessidades educacionais especiais (deficientes ou não, mas com a característica comum de seres problemáticos). Para

2.2 HISTÓRIA DA APAE

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) nasceu a partir da motivação passada por Beatrice Bemis diplomata norte-americana e mãe de uma portadora de Síndrome de Down. Tal motivação deu origem a primeira APAE no Brasil. O grupo de fundadores foi constituído de pais, amigos, professores e médicos dos excepcionais.

A primeira reunião do Conselho Deliberativo ocorreu em março de 1955, na Sede da Sociedade Pestalozzi do Brasil, que disponibilizou parte de um prédio para que instalassem uma escola para crianças excepcionais. A entidade passou a contar com a sede provisória, onde foram criadas duas classes especiais com cerca de 20 crianças (FEAPEs, 1997).

Entre 1954 e 1962, surgiram outras APAEs. No final de 1962, doze das dezesseis existentes, nessa época, encontravam-se em São Paulo, para a realização da primeira reunião nacional de dirigentes apaeanos, presidida pelo médico psiquiatra Dr. Stanislaw Krynsky. Participaram as de Caxias do Sul, Curitiba, Jundiaí, Muriaé, Natal, Porto Alegre, São Leopoldo, São Paulo, Londrina, Rio de Janeiro, Recife e Volta Redonda. Pela primeira vez no Brasil, discutia-se a questão da pessoa portadora de deficiência com um grupo de famílias que trazia para o movimento suas experiências com pais de deficientes, e em alguns casos, também como técnicas na área (FEAPAEs, 1997). No dia 10 de março de 1962 foi criada a Federação das APAEs e funcionou durante vários anos em São Paulo, no consultório do Dr. Stanislaw Krynsky.

Em 1964, o Mal. Castelo Branco então presidente do Brasil apoiou a iniciativa para a aquisição de um prédio. Construiu-se no terreno, onde hoje se localiza a atual sede do Rio de Janeiro. Com a aquisição da sede própria a Federação foi transferida para Brasília. Adotou-se com símbolo a figura de uma flor ladeada por duas mãos em perfil, desniveladas, uma em posição de amparo e a outra de proteção (FEAPAEs, 1997).

A Federação, a exemplo de uma APAE caracteriza-se por ser uma sociedade civil, filantrópica, de caráter cultural, assistencial e educacional. Com duração indeterminada, congregando como filiados as APAEs e outras entidades congêneres, tendo sede e fórum em Brasília.

Os contextos sociopolítico, econômico e cultura no qual a APAE foi fundada categorizavam as pessoas com deficiência múltipla e intelectual como diferentes dos demais, provocando dificuldades na aprendizagem. Por conseguinte, as instituições de ensino público e privado excluíram essas pessoas dos processos de ensino e aprendizagem que ofereciam à população escolar (CARVALHO; CARVALHO; COSTA, 2011), logo o movimento apaeano se ampliou para outras capitais e a posteriori para as cidades do interior dos estados.

O movimento logo se expandiu para outras capitais e depois para o interior dos estados. Hoje decorridos mais de 60 anos são cerca de mais de duas mil APAEs espalhadas pelo Brasil. É o maior movimento filantrópico do Brasil e do mundo, na área. É uma explosão de multiplicação, verdadeiramente notável sob todos os aspectos, levando-se em conta as dificuldades de um país com o Brasil, terrivelmente carente de recursos no campo da

Educação e mais ainda, na área de Educação Especial. Este crescimento vertiginoso se deu graças à atuação da Federação Nacional e das Federações Estaduais, que, seguindo a mesma linha filosófica da primeira, permitiram e incentivaram a formação de novas APAEs. Estas, através de congressos, encontros, cursos, palestras etc, sensibilizam a sociedade em geral, bem como viabilizam os mecanismos que garantam os direitos da cidadania da pessoa com deficiência no Brasil (FEAPAEs, 1997).

A APAE, vem a ser constituída, integrada por pais e amigos de uma comunidade significativa de alunos portadores de necessidades especiais, contatando para tanto com a colaboração da sociedade em geral, do comércio, da indústria, dos profissionais liberais, dos políticos, enfim de todos que acreditam, apostam e lutam pela causa das pessoas com deficiência.

2.3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Educação inclusiva é uma modalidade de educação que inclui alunos com qualquer tipo de deficiência ou transtorno, ou com altas habilidades em escolas do ensino regular.

Para Gouveia (2012), a inclusão educacional é um processo complexo e as escolas especiais devem conhecer a sua tarefa de apoiar as escolas regulares na inclusão, contribuindo no acompanhamento do processo educacional dos alunos com necessidades educacionais especiais, na formação docente, no atendimento educacional especializado, na orientação da família e na rede de serviços das áreas de saúde, assistência social e outros em interface com a educação.

A Política Nacional para a Educação Especial, no Decreto nº 6.571/08 de setembro de 2008, publicado pelo Ministério da Educação e Cultura, sustenta que todas as crianças e jovens com necessidades especiais devem estudar na escola regular, ratificando o que se prevê na Constituição Federal (1988), desaparecendo, assim, o que era chamado de escolas e classes “segregadas”. O atendimento especializado continuaria a existir em turno oposto ao da escola regular uma vez que é complemento. Nessa condição cabe a cada sistema de ensino, por meio de suas redes municipais e/ou estaduais, se reajustar às novas diretrizes, dando condições de atendimento regular e especial nas suas escolas. Segundo o mesmo decreto as instituições especializadas no ensino não serão extintas para os que têm necessidades educativas especiais possam ser atendidos, dando assim apoio às escolas regulares, oferecendo atendimento especializado no contra turno.

As escolas, de modo geral, têm conhecimentos da existência das leis acerca da inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais no ambiente escolar e da obrigatoriedade da garantia de vaga para estas, mas apontam alguns entraves pelo fato de não haver sustentação necessária, como a ausência de definições mais estruturais acerca da educação especial e dos suportes necessários à sua implementação (FRIAS; MENEZES, 2008).

Diante dos impasses é possível apontar vários fatores que dificultam a inclusão de pessoas, que apresentam algum tipo de deficiência nas escolas comuns. Dentre eles pode-se destacar: professores que não possuem qualificação para atender os alunos com necessidades educacionais especiais (N. E. E.) ou por pensarem que essas crianças não têm capacidade de aprender, ou por não querer mudar seu currículo escolar para um determinado aluno ou mais de um. Assim como, a eliminação de barreiras em relação aos espaços físicos, falta de apoio clínico, carência de recursos pedagógicos adequados e demais fatores indispensáveis ao processo de inclusão (BRASIL, 2007, p. 28-31). Em torno desse contexto torna-se importante fazer uma avaliação da instituição de educação especial, por constituir um espaço importante para a vida das pessoas que apresentam deficiência.

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, é um grande desafio para pais, educadores e profissionais, com troca de experiência e de comunicação entre todos os envolvidos (BRUNO, 1999). Sabe-se que a inclusão educacional não é um processo fácil e rápido, exigindo esforço de todos e compromisso político, não se tratando de uma atividade meramente do professor, não é um trabalho individual, mas coletivo (GOUVEIA, 2012).

2.4 ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS EM AREIA – PB

A APAE na cidade de Areia-PB foi construída em 14 de janeiro de 2003. A criação da APAE contou com um grupo de voluntários através da iniciativa de duas pedagogas, as quais identificaram a necessidade de um lugar onde se atendesse as pessoas com necessidades especiais. Só depois, a APAE contou com o auxílio de pais que tinham filhos com deficiência.

A ata de construção da APAE foi elaborada no dia 14/01/2003, no Centro Social Pio XII e informou que em sua reunião estavam presentes o prefeito da cidade, secretárias municipais, vereadores, o padre e empresários. Na referida reunião foi realizada a Assembleia Geral, visando a escolha da Diretoria da instituição. A diretoria da APAE foi constituída por: presidente, vice-presidente, 1º diretor secretário, 2º diretor secretário, 1º diretor financeiro, 2º diretor financeiro, diretor de patrimônio e diretor social.

A APAE começou a funcionar no dia 12/04/2004, o prédio da instituição localizava-se na rua Severino Brito Lira. Segundo o estatuto da instituição o quadro de funcionários deve ser composto por: um psicólogo, um fisioterapeuta, uma pedagoga, cinco professores, uma secretária, dois vigias noturnos cedidos pela prefeitura municipal. Inicialmente o atendimento à área de educação era feito a 30 alunos com necessidades especiais, com deficiência intelectual, múltipla e auditiva, na faixa etária de 3 a 30 anos (SANTOS, 2018).

As áreas de atuação eram: educação infantil, educação fundamental, educação de jovens e adultos e educação profissional. Para tanto, contava com cinco professores voluntários. A educação profissional ocorria anualmente e contava com a ajuda da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Campus II, da cidade Areia-PB, e as atividades desenvolvidas eram com hortas e plantas ornamentais (SANTOS, 2018).

Na área de saúde o atendimento ocorre no setor de psicologia, o qual realiza o atendimento de alunos, pais e responsáveis, além de ocorrer o atendimento fisioterapêutico. Atualmente o quadro de funcionários cresceu, devido a demanda. Os recursos materiais existentes na instituição são: uma cozinha, uma sala de fisioterapia, uma biblioteca, uma brinquedoteca, três salas de aula e pátio para recreação. Com relação aos recursos financeiros, desde a sua fundação, a APAE conta com recursos dados pela comunidade em geral e contribuições voluntárias dos pais dos alunos (SANTOS, 2018).

Atualmente a instituição recebe 62 alunos e conta com uma equipe de oito professores pedagogos, uma fisioterapeuta, uma fonoaudióloga e quatro mães voluntárias (uma cozinheira e três auxiliares de serviços gerais). A instituição possui cinco salas, sendo: uma de Educação Infantil, duas salas de alfabetização, uma sala de 1º ano e uma sala de Educação de Jovens e Adultos (EJA), apresenta uma diretoria, um corredor, uma cozinha, uma área de serviço, três banheiros, um pátio para recreação e um pátio lateral utilizado para horta e recreação, respectivamente. A APAE também ganhou um espaço para a equoterapia, terapia que faz uso de cavalos no desenvolvimento das crianças (SANTOS, 2018).

2.5 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O TRABALHO NA APAE – AREIA

Caracterizando um modelo de educação especial, pode-se afirmar que a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) é uma entidade civil, sem fins lucrativos, filantrópica, de caráter Assistencial, Educacional, Cultural, de Saúde e outros. Diante do grande número de crianças e jovens excepcionais que se mantinham totalmente excluídos da

sociedade e sem perspectiva, um grupo de pais começou a se unir com vistas à implantação das APAES, na década de 1950.

Nesse contexto foram criadas várias instituições de atendimento às pessoas com deficiência, com a criação do “Instituto dos Meninos Cegos” foi fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), em 11 de dezembro de 1954, no Rio de Janeiro. Nacionalmente, a instituição tem como objetivo minimizar as dificuldades psicomotoras, cognitivas, emocionais, sociais e de linguagem, atuando na prevenção e diagnóstico, habilitando ou reabilitando pessoas com deficiências, nas diversas faixas etárias, através de equipe multiprofissional. O objetivo maior desta entidade é melhorar as condições de vida da pessoa com deficiência, e principalmente, assegurar-lhe o desenvolvimento e os direitos de cidadão (COSTA, 2001, p. 1).

As raízes históricas e culturais do fenômeno “deficiência” sempre foram marcadas por forte rejeição, discriminação e preconceito. E, diante da ineficiência do Estado em promover políticas públicas sociais que garantam a inclusão dessas pessoas, surgem famílias empenhadas em quebrar paradigmas e buscar soluções alternativas para que seus filhos com deficiências intelectual e/ou múltipla alcancem condições de serem incluídos na sociedade, com garantia de direitos como qualquer outro cidadão (APAE-JARAGUÁ, 2009).

A inclusão ajuda a combater o preconceito, buscando o reconhecimento e a valorização das diferenças através da ênfase nas competências, capacidades e potencialidades de cada um. Esse conceito tem como função a elaboração de métodos e recursos pedagógicos que sejam acessíveis a todos os alunos, quebrando assim as barreiras que poderiam vir a impedir a participação de um ou outro estudante por conta de sua respectiva individualidade.

A APAE é a favor de um processo de inclusão escolar gradativo (processual) e responsável, com o qual as escolas comuns sejam devidamente preparadas para o recebimento dos estudantes, que necessitam não apenas de recursos para acessibilidade física, mas, sobretudo de treinamento de professores, preparação dos alunos, dentre outras ações. Além disso, a Rede APAE defende o direito de escolha da pessoa com deficiência intelectual e de sua família sobre o local onde deseja estudar. (BRASIL, 2007)

No entanto, percebe-se muitas vezes, que as escolas do ensino regular desconhecem o trabalho oferecido pelas escolas especiais e assim, não conseguem visualizar no que estas poderiam lhes auxiliar no trabalho com os alunos com necessidades educacionais especiais (BRASIL, 2007). Portanto, é fundamental o contato entre ambas para que juntas possam contribuir com seus educandos. Por outro lado, as escolas especiais projetam as dificuldades

para efetivação deste processo nas escolas regulares, quando reforçam à lógica do especialismo, que reserva às escolas especiais a “exclusividade” (BRASIL, 2007).

“Alguns profissionais consideram as escolas especiais como um espaço inclusivo por proporcionarem um espaço conjunto para os alunos ‘especiais’ ao lado de outras crianças e adolescentes da comunidade” (BRASIL, 2007, p.33). Porém, estas práticas não se referem à inclusão do ponto de vista educacional, pois, com a proposta da escola inclusiva, as escolas especiais passam a ser concebidas como escolas que segregam. Todavia, reafirma-se a contribuição das escolas especiais, pois é nesse espaço que irá favorecer os caminhos para a inclusão, tendo em vista a escola inclusiva como aquela que garante a boa qualidade de ensino educacional a cada um de seus alunos, reconhecendo e respeitando à diversidade e atendendo a cada potencialidade e/ou necessidade. Então, a escola que pretende ser inclusiva deve se planejar para gradativamente implementar as adequações necessárias, para garantir o acesso de alunos com necessidades educacionais especiais à aprendizagem e ao conhecimento (BRASIL, 2007).

Para a maioria dos profissionais que atuam em nossas escolas hoje, é difícil entender a possibilidade de se fazer inclusão. Essa resistência é aceitável e compreensível, diante do modelo pedagógico-organizacional conservador que vigora na maioria das escolas. Poucos são os profissionais que se arriscam a encarar a ideia de ministrar um ensino inclusivo em uma sala de aula de cadeiras enfileiradas, um livro didático aberto na mesma página, uma só tarefa no quadro e uma só resposta válida e esperada nas provas (FUMEGALLI, 2012).

O papel das Instituições Especializadas ou Escola Especial é promover um atendimento educacional especializado, a complementação e suplementação curricular, em que o ensino não é especial; o que se torna especial, porque é diferente, são os recursos, os equipamentos, as diferentes formas de apoio, suporte e mediação para provimento à aprendizagem do educando (MANTOAN, 2003).

Na APAE- Areia, o trabalho desenvolvido pelos professores está de acordo com o ensino da escola regular, portanto, atendendo a necessidade de cada aluno fazendo uso de currículos, métodos, técnicas e recursos didáticos de modo específico, como citado na LDBEN 9394/96. Os docentes da APAE - Areia tem formação continuada, em média de uma a duas vezes ao ano, o que é muito pouco, principalmente, ao se trabalhar com pessoas que apresentam necessidades educacionais especializadas.

De acordo com o Estatuto da APAE (2005) as finalidades estatutárias são:

- Promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas portadoras de deficiência, buscando assegurar-lhe o pleno exercício da cidadania;
- Divulgar no município as experiências Apeanas;
- Prestar serviços gratuitos, permanente e sem qualquer discriminação de clientela, na área específica de atendimento, àqueles que deles necessitarem;
- Desenvolver políticas de auto defensores garantindo a participação efetiva em todos os eventos e níveis do movimento Apeano.

A APAE é importante para a cidade de Areia, uma vez que atende a um número considerável de educandos, para os quais se não fosse a existência da escola estariam confinados em casa sem nenhum atendimento. Vale ressaltar que a APAE recebe alunos acima de sua capacidade, pois a procura de pais com filhos com deficiência é constante. O reflexo disso é a enorme lista de espera por uma vaga, já que estes pais não encontram outro lugar que atenda as dificuldades de seus filhos.

A entidade é procurada principalmente por pais de crianças em idades iniciais, demonstrando que os pais estão se conscientizando mais cedo sobre a necessidade de um atendimento precoce. Ao contrário do que aconteceu anos atrás em que as famílias deixavam as pessoas com deficiência em casa, sem acesso a nenhuma instituição e nem convívio com a sociedade. Hoje, as famílias estão buscando ajuda assim que descobrem os problemas de seus filhos, com o objetivo de oferecer melhores condições de desenvolvimento e aprendizagem. Enfim, a instituição permite que as crianças com necessidades educacionais especiais possam conviver e participar do processo formal do ensino-aprendizagem

3 METODOLOGIA

3.1 Tipo de pesquisa

Na intenção de analisar como se dá à dinâmica da prática educativa na APAE – Areia, fez-se necessário um estudo de cunho teórico a fim de destrinchar os fatores que impulsionam o trabalho nesta unidade de ensino.

Nesse estudo adotou-se como base de sustentação teórico-metodológica a abordagem qualitativa. Essa abordagem é utilizada quando se busca descrever a complexidade de determinado problema – não envolvendo manipulação de variáveis ou estudos experimentais, busca-se levar em consideração todos os componentes de uma situação e suas interações (GRESSLER, 2003).

3.2 Universo e sujeitos da pesquisa

A metodologia utilizada foi de caráter qualitativo, com entrevistas realizadas com os professores da APAE – Areia PB, de modo que, optou-se por entrevistar exclusivamente os professores que trabalham com as crianças especiais e com necessidades educacionais especializadas. Foram aplicados cinco questionários que posteriormente tiveram suas informações sistematizadas e analisadas.

Optou-se por escolher justamente as professoras que trabalham com crianças que possuem necessidades educacionais especiais. Os questionários foram entregues para professoras que participaram da pesquisa, que levaram para casa, para responder com calma, uma vez que na instituição não tinha condições.

Após a coleta, os dados foram sistematizados e foram analisados com base no referencial teórico

3.3 Instrumento de coleta de dados

Foi elaborado um questionário composto por uma série ordenada de cinco perguntas que, por meio das respostas dos sujeitos envolvidos relatou-se a relação teoria/prática aplicada em sala de aula. Após a coleta dos dados baseados nos questionários foi feita uma análise criteriosa e cuidadosa dos mesmos.

4 – RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta parte do trabalho será apresentada a análise das informações coletadas. Tendo em vista a preservação da identidade das participantes foi preciso identificá-las da seguinte maneira: P1, P2, P3, P4 e P5.

A **primeira pergunta** foi com relação a quantos alunos tinham na sala de aula, e qual o tipo de deficiência que os alunos apresentam.

A professora P1 respondeu que em sua sala tinha 10 alunos os quais apresentavam Paralisia Cerebral, Autismo, Deficiência Intelectual e Deficiência Auditiva.

A professor P2 disse que em sua sala havia sete alunos os quais eram Deficientes Auditivos e Deficiente Intelectual.

A professora P3 contou que em sua sala havia seis alunos, os quais apresentavam Paralisia Cerebral, Deficiência Intelectual e Hiperativos.

Já na sala da professora P4 existia 10 alunos cuja deficiência era: Paralisia Cerebral, Hiperativo, Autista, dentre outros.

E por fim a professor P5 relatou que em sua sala de aula estudavam oito alunos divididos em Autistas, Paralisia Cerebral, Hiperatividade, Deficiência Intelectual e de Aprendizagem e Síndrome de Down.

Nessa primeira pergunta foi possível perceber que existe uma multiplicidade de necessidades específicas, resultando em vários e diversificados atendimentos especializados, uma vez que, trabalha-se com realidades distintas, logo torna-se de grande importância e relevância oferecer a melhor forma de aprendizado, para que os alunos possam realmente se desenvolver e aprender.

Com essa grande heterogeneidade de deficiências faz-se necessária a formação dos profissionais da educação, pois o professor especializado poderá contribuir de maneira significativa com o professor do ensino regular e também irá proporcionar uma melhor aprendizagem para os alunos portadores de necessidades educativas especiais.

Segundo Mantoan (2003), inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças”, ou seja, é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é

discriminada por qualquer outro motivo. Ainda citando a educadora: “Costumo dizer que estar 19 junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar com, é interagir com o outro”.

Segundo Mantoan (2003) a inclusão visa à qualidade de ensino da escola, atingindo todos os alunos que fracassam em suas salas de aula, elas não restringem às crianças com necessidades especiais.

De acordo com a Resolução CNE/CEB de 2/11/2001 (BRASIL, 2001):

Professores especializados em Educação Especial são aqueles que desenvolvem competências para identificar as necessidades especiais, para definir, implementar, liderar e apoiar a implementação de estratégias de flexibilidade, adaptação curricular, procedimentos didático-pedagógico e práticas alternativa, adequadas, ao atendimento das mesmas, bem como trabalhar em equipe, assistindo ao professor de classe comum nas práticas que são necessárias para promover a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais.

Quanto ao atendimento educacional ao perguntar as professoras se estão preparadas para atuar com esses alunos ou se já participaram de algum curso ou de alguma formação para atendê-los, elas respondem:

Sim, aprendi muito através de novas informações, pesquisando como se trabalhar com esses alunos, através de cursos sobre a educação de pessoas com deficiência e inclusão respondeu a Professora 1. (P1)

Já participei sim de algumas palestras e foi muito importante para eu atuar na APAE respondeu a professora 2. (P2)

Sim, já participei de palestras e estudos, e através das informações que adquiri facilitou bastante o meu trabalho em sala de aula respondeu a professora 3. (P3)

Sim, participei sobre o Encontro de Deficiência Visual e Auditiva. O aprendizado foi de grande importância para mim, pois tive oportunidade de tirar minhas dúvidas e aprimorar meus conhecimentos, enfatizou a professora 4. (P4)

Sim, cheguei à conclusão que preciso cada vez mais estudar para poder receber alunos com deficiência na sala de aula. E aprendi também sobre a necessidade da inclusão escolar afirmou a professora 5. (P5)

Com base nas respostas é possível perceber que apenas uma professora, o que corresponde a 20% do corpo docente já participou de um Encontro sobre deficiência visual e auditiva. As demais professoras participaram apenas de palestras, ou pesquisaram sobre o

assunto. E também pode-se dizer que esses eventos não foram nada abrangentes com relação ao tema.

Diante de tais respostas, enfatiza-se infelizmente o despreparo dos professores figura entre os obstáculos mais citados para a Educação Inclusiva. É um grande desafio, fazer com que a inclusão ocorra, sem perder-se de vista que além das oportunidades, é preciso garantir o avanço na aprendizagem, bem como no desenvolvimento integral do indivíduo com necessidades educacionais especiais (FRIAS; MENEZES, 2008).

Segundo Mantoan (2006) é oportuno possibilitar aos docentes a participação em cursos que discutam estratégias educacionais, visando à participação ativa e consciente de todos os alunos no processo de ensino-aprendizagem. Esses cursos devem atender as necessidades de preparo que os professores têm para desenvolver práticas docentes realmente inclusivas.

O desafio aos professores é grande e que parte significativa continua “não preparada” para desenvolver estratégias de ensino diversificado, mas, o aluno com necessidades especiais está na escola, então cabe a cada um, encarar esse desafio de forma a contribuir para que no espaço escolar aconteçam avanços e transformações, ainda que pequenas, mas que possam propiciar o início de uma inclusão escolar possível (FRIAS; MENEZES, 2008).

Ao serem questionadas sobre a necessidade de intervenção na prática docente, como é feita essa intervenção e como as professoras aprenderam a entender os alunos, as mesmas responderam:

Diante de casos os quais desconheço procuro ajuda. Com o convívio adquiri experiência suficiente de como atender a cada especificidade. (P1)

Muitas vezes é necessária a intervenção, mas esta é feita com cuidado e orientação. Aprendi a lidar com os alunos durante o dia a dia. (P2)

Quando preciso peço ajuda a Coordenadora Pedagógica. Aprendi a atender esses alunos com a experiência do dia a dia e através de estudos feitos a respeito das deficiências apresentadas pelos alunos. (P3)

Quando necessário conto com a ajuda das minhas colegas de trabalho que também atuam na APAE. Fui aprendendo a lidar com esses alunos durante o dia a dia. (P4)

Sim, preciso de intervenções, dependendo da situação posso tentar resolver sozinha ou chamo a professora de apoio, em último caso procuro a diretoria. Diante os problemas surgidos no dia a dia fui aprendendo a lidar com esses alunos. (P5)

Foi possível verificar que as professoras realmente não têm o preparo adequado para lidar com os alunos que possuem necessidades especiais. Isso pode ser comprovado nas

respostas, pois ficou claro que caso haja necessidade de intervenção, elas não resolvem sozinhas, sempre contam com a ajuda das colegas, e que em muitos dos casos que existem, elas aprenderam a entender os alunos com a convivência, no cotidiano da sala de aula.

Desse modo, mais uma vez enfatiza-se que os professores, independente da área ou série de atuação, necessitam de formação continuada, sobre o processo de inclusão, sobre as necessidades educacionais especiais e sobre como se dá o desenvolvimento cognitivo das pessoas em seu processo de aquisição de conhecimentos (FRIAS; MENEZES, 2008).

Assim, a LBD, no seu título VI, afirma que cabe aos sistemas de ensino a promoção da valorização dos profissionais da educação, garantindo-lhes aperfeiçoamento (BRASIL, 1996). Sabe-se que o atual contexto educacional exige um profissional com competência para atuar frente à diversidade existente na escola, porém, segundo Pellanda (2006, p.179), “sabemos que os professores não foram preparados para isso, pois seus cursos de formação não abordaram assuntos que hoje se tornam importantes para a implementação da prática pedagógica

Dessa forma, é imprescindível que os profissionais que atuam no espaço escolar busquem se atualizar frente às novas demandas e muito mais do que “obter, o mais rápido possível, conhecimentos que resolvam problemas pontuais a partir de regras gerais” (MANTOAN, 2003 p. 43), busquem, de fato, compreender o processo inclusivo, com vistas a ressignificar sua prática pedagógica.

Foi perguntado aos professores se a escola dá suporte para trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais e de que forma era feita.

A escola dá suporte com material didático adequado para esses alunos. (P1)

Sim, com Fisioterapia e Fonoaudiologia. (P2)

Não. A diretoria não nos auxilia, o que nos auxilia são os jogos que fazemos com material reciclado e os projetos oferecidos pela UFPB. (P3)

Sim, abrindo espaço para realização de grupos de estudo sobre as várias deficiências oferecendo ajuda de Fisioterapia e Fonoaudiologia. (P4)

Sim, com sala de atendimento especializado, sala de computação, com a Fisioterapia e Fonoaudiologia. (P5)

Todas as comunidades escolares devem primar pela garantia dos princípios educacionais que alcancem a todos, sem distinção. Figueiredo (2002) aponta que as desigualdades promovem a inferioridade, pois estabelecem relações de exploração, e as diferenças, ao contrário, permitem a identificação e a diferenciação.

A escola é o primeiro espaço e fundamental da manifestação da diversidade, decorre a necessidade de repensar e defender a escolarização como princípio inclusivo, reconhecendo a possibilidade e o direito de todos que não são por ela alcançados (FRIAS; MENEZES, 2008)

Quando foi perguntado as professoras como se dava a relação profissional com a Diretoria e se a mesma contribuía para solucionar as dificuldades enfrentadas na sala de aula elas responderam:

Tenho uma boa relação. Sempre que podem contribuem para solucionar problemas do dia a dia. (P1)

Temos uma boa relação, e estão sempre contribuindo para solucionar os problemas dentro da escola. (P2)

A Diretoria não contribui para solucionar os problemas que surgem na sala de aula. (P3)

É uma relação satisfatória, de modo que, a Diretoria da APAE contribui na solução dos problemas enfrentados em sala de aula, pois a mesma está aberta ao diálogo. ” (P4)

É mito boa, contribuindo de forma que ajuda aos professores no dia a dia. (P5)

É de grande importância que haja um bom convívio entre a administração escolar e seu docente, para que os mesmos possam exercer seu trabalho com dignidade, respeitando e procurando ajuda-los da melhor maneira possível, sempre que necessário.

Os professores afirmam que apesar de ter muitos alunos em sala de aula com necessidades educacionais, elas se sentem satisfeitas em desempenhar o seu papel na APAE. O que elas tiveram mais dificuldade ao entrar na escola era não saber lidar com o alunado.

O docente mais novo na instituição tinha menos de 1 ano de experiência na área de ensino, os demais professores entrevistados possuem entre seis a mais de dez anos de experiência na atividade docente. Com o passar do tempo estas aprenderam a compreender as necessidades dos alunos da APAE, o que de certa maneira gera confiança para a diretoria, para os professores, para os alunos e para os pais ou responsáveis pelos alunos, que podem ver a dedicação e o comprometimento que existe para com as crianças, sempre visando seu desenvolvimento e bem-estar.

Segundo Bruno (1999) a inclusão de pessoas com deficiência e necessidades acentuadas de aprendizagem constitui-se num grande desafio para pais, educadores e profissionais. As dúvidas e ansiedades dos pais são naturais quando seus filhos vão para a escola regular pela primeira vez.

As APAEs desempenham um papel essencial na formação de pessoas com deficiência, desse modo, a equipe da instituição educacional precisa desenvolver métodos eficazes, para superação das dificuldades quanto ao atendimento educacional, aos alunos com necessidades educacionais especiais.

Para Glat e Blanco (2004, p.28) as necessidades educacionais são construídas socialmente no ambiente de aprendizagem, não sendo, portanto, consequências inevitáveis da deficiência ou do quadro orgânico apresentado pelo indivíduo. Por isso para superá-las ou amenizá-las são necessárias outras relações sociais. A visão de Glat e Blanco (2004) mostra que as características orgânicas também contribuem para dificultar a aprendizagem, mas que uma necessidade educacional especial não se reduz ao indivíduo. É um resultado do espaço escolar em todo um contexto, onde a aprendizagem acontecerá. Sendo assim faz-se necessário a reconstrução das ações pedagógicas.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação é um direito de todos os cidadãos, independente da criança possuir deficiência ou não, logo os envolvidos com a educação devem primar por uma educação que seja igual para todos, que acolhe crianças com e sem deficiência com a mesma naturalidade.

Sabe-se que a inclusão de pessoas com deficiência não é um processo fácil, uma vez que existe muito preconceito por parte da sociedade, dos próprios deficientes e até dos pais e responsáveis.

É necessário que todos tomem consciência de que apesar das limitações, as pessoas deficientes possuem direitos e que os mesmos são garantidos pela Constituição Federal, de modo que, faz-se necessário que as leis que regem tais direitos sejam cumpridas e que as pessoas ditas normais passem a enxergar essas pessoas como seres humanos capazes de ocupar um espaço na sociedade, de maneira digna e correta.

No que diz respeito a educação, assim como todas as crianças, os deficientes também possuem o direito a uma educação de qualidade. A inclusão escolar deve ser feita sempre objetivando o bem-estar das crianças na escola. O professor exerce função fundamental no processo de inclusão das crianças com deficiência, mas para tal, é necessário que os mesmos estejam preparados para atuarem em sala de aula, de forma a vir a solucionar algum problema que venha a acontecer em sala.

Com relação aos professores da APAE-Areia/PB foi possível perceber que apesar de desempenharem sua função de educador da melhor maneira, não possuem formação específica, mas participam de capacitações sobre Educação Especial, pois mesmo tendo uma longa experiência de sala de aula, os professores não estão 100% preparados para lidar com os alunos que possuem necessidades educativas especiais.

As professoras dizem que aprenderam no dia a dia a entenderem seus alunos e que há necessidade de se capacitarem, visando aumentar seus conhecimentos com relação a Educação Especial, uma vez que é uma necessidade urgente, pois os alunos que possuem necessidades educativas especiais, têm uma dinâmica diferente quando comparados aos alunos sem deficiência, logo é de suma importância que o professor esteja preparado para poder solucionar possíveis problemas que venha a surgir na sala de aula.

A APAE-Areia/PB têm desempenhado um papel importante na cidade, pois tem acolhido um número considerável de alunos com deficiência, e tem buscado da melhor forma possível através do seu corpo docente e de profissionais melhorar a vida dessas crianças e adolescente, bem como dos pais desses alunos.

Para que a inclusão na rede escolar cumpra seus objetivos é preciso que o governo invista cada vez mais na formação dos professores e ainda estruture as escolas de acordo com as necessidades dos alunos. Com professores bem capacitados é possível proporcionar aos alunos deficientes ou não um ensino eficiente e de qualidade, contribuindo assim para o aprendizado e consequente desenvolvimento dos alunos.

6 REFERÊNCIAS

ARANHA, M. S. F. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. **Revista do Ministério Público do Trabalho**. Brasília, nº 21, 2004.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 2ª ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018. 58p.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Educação Inclusiva: Documento Subsidiário à Política de Inclusão**. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Inclusão: Revista da Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 2004.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. **O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular**. 2ª ed., Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Programa de Educação Inclusiva: Direito à Diversidade – a escola**. Brasília: MEC/SEESP, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Programa de Educação Inclusiva: Direito à Diversidade – a família**. Brasília: MEC/SEESP, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Programa de Educação Inclusiva: Direito à Diversidade – o município**. Brasília: MEC/SEESP, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Programa de Educação Inclusiva: Direito à Diversidade – a fundamentação filosófica**. Brasília: MEC/SEESP, 2004.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 02, de 11 de setembro de 2001**: Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação, **Plano Nacional de Educação**, Lei Nº 10. 172, de 09 de Janeiro de 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Decreto 7.853/89, **apoio as pessoas portadoras de deficiência, sua integração social**.

BRASIL. Ministério da Educação, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

BRASIL. **Declaração sobre os direitos de Todos à Educação**. Jomtien: Tailândia, 1990.

BRUNO, M. M. G. **O papel da família para o processo de desenvolvimento e inclusão da pessoa com deficiência**, 1999, p.4.

CARVALHO, E. N. S de; CARVALHO, R. E.; COSTA, S. M. **Política de atenção integral e integrada para as pessoas com deficiência intelectual e múltiplas**. Brasília: Federação Nacional das Apaes, 2011.

CARVALHO, R. E. **Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva**. Porto Alegre: Mediação, 2007.

CARVALHO, R. E. **Removendo Barreiras para a aprendizagem**. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2002.

COSTA, V. G. G. A. et al. **A importância da equipe multidisciplinar na melhoria da qualidade de vida e inclusão social de indivíduos portadores de necessidades especiais assistidos pela APAE de Viçosa**. Universidade Federal de Viçosa, 2001, p.1.

EDUCAÇÃO ESPECIAL, Disponível em: <
http://www.oei.es/quipu/brasil/educ_especial.pdf>. Acesso em: 14 de maio de 2011.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA, Disponível em:

<[http://www.itaipuandi.pr.gov.br/educação_especial/educação%20 inclusiva](http://www.itaipuandi.pr.gov.br/educa%C3%A7%C3%A3o_especial/educa%C3%A7%C3%A3o%20inclusiva)>. Acesso em: 17 de maio de 2011.

FEAPAEs. **Um pouco da história do movimento das APAEs**. Disponível em: <https://apaep.org.br/page/um-pouco-da-historia-do-movimento-das-apaes>. Acessado em 10/01/2020.

FIGUEIREDO, R. V. de. Políticas de inclusão: escola-gestão da aprendizagem na diversidade. In: ROSA, D. E. G.; SOUZA, V. C. **Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores**. XI ENDIPE. Rio de Janeiro: DP&A e Goiânia: Alternativa, p. 67-78, 2002.

FRIAS, E. M. A.; MENEZES, M. C. B. Inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais: contribuições ao professor do ensino regular. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1462-8.pdf>. Acesso em 10/01/2020.

FUMEGALLI, R. de C. de A. **Inclusão escolar: o desafio de uma educação para todos?** 2012. 50f. Especialização (Educação Especial). Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Ijuí, 2012.

GLAT, R.; BLANCO, L. de M. V. **Educação Especial no contexto de uma Educação Inclusiva**, 2004, p.28.

GOUVEIA, V. M. B. **Prática docente: um estudo sobre a APAE de Areia-PB**. 2012. 76f. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Pedagogia). Faculdade Evangélica Cristo Rei, Jaicós, PI. 2012.

GRESSLER, L. A. **Introdução à pesquisa: projetos e relatórios**. São Paulo: Loyola, 2003.

KASSAR, M. de C. M. Uma Leitura da Educação Especial no Brasil. In: GAIO, R.; MENEGHETTI, R. G. R. (Orgs). **Caminhos Pedagógicos da Educação Especial**. Petrópolis: Vozes, 2004.

MANTOAN, M. T. E. **Fazer valer o direito à educação no caso de pessoas com deficiência.** Programa Ética e Cidadania construindo valores na escola e na sociedade, 2006.

MANTOAN, M. T. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MENEZES, E. T. de. **Necessidades educacionais especiais.** 2001. Disponível em: <https://www.educabrasil.com.br/necessidades-educacionais-especiais/>. Acesso em 10/01/2020.

PELLANDA, C. L. G. Possibilidades de Inclusão no Sistema Público de Ensino. In: PAROLIN, I. (Org.) **Aprendendo a Incluir e Incluindo para Aprender.** Artigo. São José dos Campos, 2006.

PEREIRA, J. E. D. As licenciaturas e as novas políticas educacionais para a formação docente. **Educação & Sociedade**, ano XX, nº 68, Dezembro/99.

SANTOS, M. da C. S. **Considerações investigativas sobre a função educacional e histórica da APAE – Areia – PB:** um olhar crítico sobre a educação inclusiva. 2018. 54 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Pedagogia), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL –UAB
UFPB –VIRTUAL
PÓLO DE APOIO PRESENCIAL ALAGOA GRANDE-PB
APRENDENTE: Karla Andreia de Souza Barbosa
EMAIL: karla-bs@hotmail.com

Prezados Educadores,

Estou realizando a pesquisa do meu Trabalho de Conclusão do Curso – TCC a qual peço gentilmente a sua colaboração no sentido de ser participante ativo da pesquisa a fim de analisar **A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DA APAE – AREIA PB - PARA ATENDER ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS**. A sua colaboração é de grande importância para a qualidade e consistência da minha pesquisa.

QUESTIONÁRIO

A – PERFIL DO PROFESSOR

1. Sexo:
☐ feminino ☐ masculino
2. Idade:
☐ 18 a 25 anos ☐ 26 a 35 anos ☐ acima de 35 anos
3. Qual é o seu nível de formação:
☐ ensino médio ☐ magistério ☐ superior incompleto ☐ superior completo
4. Há quanto anos exerce a atividade de docente?
☐ menos de 1 ano ☐ de 1 a 5 anos ☐ de 6 a 10 anos ☐ há mais de 10 anos

B – DESCRIÇÃO SOBRE A PESQUISA

1. Na sua sala de aula existem quantos alunos com necessidades especiais?

Qual necessidade de cada um deles?

2. Já participou de alguma palestra, curso e outros sobre Educação Especial? Se participou, qual sua conclusão sobre o aprendizado? Caso, não tenha tido formação alguma, como aprendeu a atender esses alunos? Como se atualiza em relação aos saberes necessários para atuar na APAE?

3. Na sua prática docente é necessária a realização de alguma forma de intervenção? Como é feita? Como aprendeu a atender esses alunos?

4. A escola dá suporte para você trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais? De que forma?

5 Como se dá a sua relação profissional com a Diretoria da APAE? A diretoria contribui para solucionar as dificuldades enfrentadas na sala de aula no exercício da prática docente?

Boa Sorte!

E muitíssimo obrigada por ter participado da Pesquisa!

APÊNDICE



UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL –UAB
UFPB –VIRTUAL
PÓLO DE APOIO PRESENCIAL ALAGOA GRANDE-PB
APRENDENTE: Karla Andreia de Souza Barbosa
EMAIL: karla-bs@hotmail.com

Prezados Educadores,

Estou realizando a pesquisa do meu Trabalho de Conclusão do Curso – TCC a qual peço gentilmente a sua colaboração no sentido de ser participante ativo da pesquisa a fim de analisar A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA ATENDER ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS. A sua colaboração é de grande importância para a qualidade e consistência da minha pesquisa.

QUESTIONÁRIO

A – PERFIL DO PROFESSOR

1. Sexo:
☒ feminino () masculino
2. Idade:
 () 18 a 25 anos () 26 a 35 anos ☒ acima de 35 anos
3. Qual é o seu nível de formação:
 () ensino médio () magistério () superior incompleto ☒ superior completo
4. Há quanto anos exerce a atividade de docente?
 () menos de 1 ano () de 1 a 5 anos () de 6 a 10 anos ☒ há mais de 10 anos

B – DESCRIÇÃO SOBRE A PESQUISA

1. Na sua sala de aula existem quantos alunos com necessidades especiais? Qual a necessidade de cada um deles?

10. Paralisia cerebral, Autismo,
 Deficiência Intelectual, Deficiência
 auditiva.

2. Já participou de alguma palestra, curso e outros sobre Educação Especial? Se participou, qual sua conclusão sobre o aprendizado? Caso, não tenha tido formação alguma, como aprendeu a atender esses alunos? Como se atualiza em relação aos saberes necessários para atuar na APAE?

Sim, aprendi muito através de novas informações. Pesquisando como se trabalhar com esses alunos. Através de cursos sobre educação de pessoas com deficiência e inclusão.

3. Na sua prática docente é necessária a realização de alguma forma de intervenção? Como é feita? Como aprendeu a atender esses alunos?

Sim, diante de casos os quais desconheço, procuro ajuda. Com o intuito de adquirir experiências suficiente de como atender a cada especificidade.

4. A escola dá suporte para você trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais? De que forma?

A escola dá suporte com material didático adequado para esses alunos.

5. Como se dá a sua relação profissional com a Diretoria da APAE? A diretoria contribui para solucionar as dificuldades enfrentadas na sala de aula no exercício da prática docente?

Tenho uma boa relação. Sempre que podem contribuem para solucionar problemas que surgem no dia-a-dia.

Boa Sorte!
E muitíssima obrigada por ter participado da Pesquisa!

APÊNDICE



UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL –UAB
UFPB –VIRTUAL
PÓLO DE APOIO PRESENCIAL ALAGOA GRANDE-PB
APRENDENTE: Karla Andreia de Souza Barbosa
EMAIL: karla-bs@hotmail.com

Prezados Educadores,

Estou realizando a pesquisa do meu Trabalho de Conclusão do Curso – TCC a qual peço gentilmente a sua colaboração no sentido de ser participante ativo da pesquisa a fim de analisar A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA ATENDER ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS. A sua colaboração é de grande importância para a qualidade e consistência da minha pesquisa.

QUESTIONÁRIO

A – PERFIL DO PROFESSOR

1. Sexo:
☒ feminino () masculino
2. Idade:
 () 18 a 25 anos ☒ 26 a 35 anos () acima de 35 anos
3. Qual é o seu nível de formação:
 () ensino médio () magistério () superior incompleto ☒ superior completo
4. Há quanto anos exerce a atividade de docente?
☒ menos de 1 ano () de 1 a 5 anos () de 6 a 10 anos () há mais de 10 anos

B – DESCRIÇÃO SOBRE A PESQUISA

1. Na sua sala de aula existem quantos alunos com necessidades especiais? Qual a necessidade de cada um deles?

Sim, deficientes auditivos e deficiência intelectual.

2. Já participou de alguma palestra, curso e outros sobre Educação Especial? Se participou, qual sua conclusão sobre o aprendizado? Caso, não tenha tido formação alguma, como aprendeu a atender esses alunos? Como se atualiza em relação aos saberes necessários para atuar na APAE?

Já participei sim de algumas palestras e foi muito importante para eu atuar na APAE.

3. Na sua prática docente é necessária a realização de alguma forma de intervenção? Como é feita? Como aprendeu a atender esses alunos?

Muitas das vezes é necessária a intervenção, mas esta é feita com cuidado e orientação. Aprendi a lidar com os alunos durante o dia a dia.

4. A escola dá suporte para você trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais? De que forma?

Sim, com Fisioterapeuta e Fonoaudióloga.

5. Como se dá a sua relação profissional com a Diretoria da APAE? A diretoria contribui para solucionar as dificuldades enfrentadas na sala de aula no exercício da prática docente?

Temos uma boa relação e estão sempre contribuindo para solucionar os problemas dentro da escola.

Boa Sorte!

E muitíssima obrigada por ter participado da Pesquisa!

APÊNDICE



UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL –UAB
UFPB –VIRTUAL
PÓLO DE APOIO PRESENCIAL ALAGOA GRANDE-PB
APRENDENTE: Karla Andreia de Souza Barbosa
EMAIL: karla-bs@hotmail.com

Prezados Educadores,

Estou realizando a pesquisa do meu Trabalho de Conclusão do Curso – TCC a qual peço gentilmente a sua colaboração no sentido de ser participante ativo da pesquisa a fim de analisar A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA ATENDER ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS. A sua colaboração é de grande importância para a qualidade e consistência da minha pesquisa.

QUESTIONÁRIO

A – PERFIL DO PROFESSOR

1. Sexo:
☒ feminino () masculino
2. Idade:
☐ 18 a 25 anos () 26 a 35 anos ☒ acima de 35 anos
3. Qual é o seu nível de formação:
☐ ensino médio () magistério () superior incompleto () superior completo
4. Há quanto anos exerce a atividade de docente?
☐ menos de 1 ano () de 1 a 5 anos ☒ de 6 a 10 anos () há mais de 10 anos

B – DESCRIÇÃO SOBRE A PESQUISA

1. Na sua sala de aula existem quantos alunos com necessidades especiais? Qual a necessidade de cada um deles?

6 alunos. 1 PC, 5 DI e Hiperativos

2. Já participou de alguma palestra, curso e outros sobre Educação Especial? Se participou, qual sua conclusão sobre o aprendizado? Caso, não tenha tido formação alguma, como aprendeu a atender esses alunos? Como se atualiza em relação aos saberes necessários para atuar na APAE?

Sim, já participei de palestras e estudos e através das informações que adquiri facilitei bastante o meu trabalho em sala de aula.

3. Na sua prática docente é necessária a realização de alguma forma de intervenção? Como é feita? Como aprendeu a atender esses alunos?

Sim. Quando preciso peço ajuda a coordenadora pedagógica, aprendi a entender com a experiência do dia a dia e através de estudos feitos dentro das deficiências apresentadas.

4. A escola dá suporte para você trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais? De que forma?

Não. A diretoria não nos auxilia. O que nos auxilia são os jogos que fazemos com material reciclado e os projetos da VFPB.

5. Como se dá a sua relação profissional com a Diretoria da APAE? A diretoria contribui para solucionar as dificuldades enfrentadas na sala de aula no exercício da prática docente?

A diretoria não contribui para solucionar os problemas que surgem na sala de aula.

Boa Sorte!

E muitíssima obrigada por ter participado da Pesquisa!

APÊNDICE



UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL –UAB
UFPB –VIRTUAL
PÓLO DE APOIO PRESENCIAL ALAGOA GRANDE-PB
APRENDENTE: Karla Andreia de Souza Barbosa
EMAIL: karla-bs@hotmail.com

Prezados Educadores,

Estou realizando a pesquisa do meu Trabalho de Conclusão do Curso – TCC a qual peço gentilmente a sua colaboração no sentido de ser participante ativo da pesquisa a fim de analisar A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA ATENDER ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS. A sua colaboração é de grande importância para a qualidade e consistência da minha pesquisa.

QUESTIONÁRIO

A – PERFIL DO PROFESSOR

1. Sexo:
☒ feminino () masculino
2. Idade:
 () 18 a 25 anos () 26 a 35 anos ☒ acima de 35 anos
3. Qual é o seu nível de formação:
 () ensino médio () magistério () superior incompleto ☒ superior completo
4. Há quanto anos exerce a atividade de docente?
 () menos de 1 ano () de 1 a 5 anos () de 6 a 10 anos ☒ há mais de 10 anos

B – DESCRIÇÃO SOBRE A PESQUISA

1. Na sua sala de aula existem quantos alunos com necessidades especiais? Qual a necessidade de cada um deles?

Hidrocefalia, hiperatividade, autismo, dentre
outros.

2. Já participou de alguma palestra, curso e outros sobre Educação Especial? Se participou, qual sua conclusão sobre o aprendizado? Caso, não tenha tido formação alguma, como aprendeu a atender esses alunos? Como se atualiza em relação aos saberes necessários para atuar na APAE?

Participei sobre o encontro de deficiência visual e auditiva. O aprendizado foi de grande importância para mim, pois tive oportunidade de tirar minhas dúvidas e aprimorar meus conhecimentos.

3. Na sua prática docente é necessária a realização de alguma forma de intervenção? Como é feita? Como aprendeu a atender esses alunos?

Quando necessário conto com a ajuda das minhas colegas de trabalho que também atuam na APAE. Foi aprendendo a lidar com esses alunos no dia a dia.

4. A escola dá suporte para você trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais? De que forma?

Abundo espaço para realização de grupo de estudo sobre várias deficiências oferecendo ajuda de fisioterapia e fonoaudiologia.

5 Como se dá a sua relação profissional com a Diretoria da APAE? A diretoria contribui para solucionar as dificuldades enfrentadas na sala de aula no exercício da prática docente?

É uma relação satisfatória e no entanto a Diretoria da APAE contribui na solução dos problemas enfrentados em sala pois a mesma está sempre aberta ao diálogo.

Boa Sorte!

E muitíssima obrigada por ter participado da Pesquisa!

APÊNDICE



UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL –UAB
 UFPB –VIRTUAL
 PÓLO DE APOIO PRESENCIAL ALAGOA GRANDE-PB
 APRENDENTE: Karla Andreia de Souza Barbosa
 EMAIL: karla-bs@hotmail.com

Prezados Educadores,

Estou realizando a pesquisa do meu Trabalho de Conclusão do Curso – TCC a qual peço gentilmente a sua colaboração no sentido de ser participante ativo da pesquisa a fim de analisar A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA ATENDER ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS.

A sua colaboração é de grande importância para a qualidade e consistência da minha pesquisa.

QUESTIONÁRIO

A – PERFIL DO PROFESSOR

1. Sexo:

☒ feminino

☐ masculino

2. Idade:

☐ 18 a 25 anos

☒ 26 a 35 anos

☐ acima de 35 anos

3. Qual é o seu nível de formação:

☐ ensino médio ☐ magistério ☐ superior incompleto ☒ superior completo

4. Há quanto anos exerce a atividade de docente?

☐ menos de 1 ano ☐ de 1 a 5 anos ☒ de 6 a 10 anos ☐ há mais de 10 anos

B – DESCRIÇÃO SOBRE A PESQUISA

1. Na sua sala de aula existem quantos alunos com necessidades especiais? Qual a necessidade de cada um deles?

8. Autista, PC, H, DT e de aprendizagem, síndrome de Down.

2. Já participou de alguma palestra, curso e outros sobre Educação Especial? Se participou, qual sua conclusão sobre o aprendizado? Caso, não tenha tido formação alguma, como aprendeu a atender esses alunos? Como se atualiza em relação aos saberes necessários para atuar na APAE?

Sim, cheguei a conclusão que preciso cada vez mais estudar, para poder receber alunos com deficiência em sala de aula. E aprendi também a necessidade da inclusão escolar.

3. Na sua prática docente é necessária a realização de alguma forma de intervenção? Como é feita? Como aprendeu a atender esses alunos?

Sim, preciso de intervenções. Dependendo do caso, posso tentar resolver sozinho ou chamar a professora de APAE. Em último caso, procuro a direção. Diante os problemas surgidos durante o dia a dia fui aprendendo a lidar com esses alunos.

4. A escola dá suporte para você trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais? De que forma?

Sim, com sala de atendimento, computação, com a fisioterapia e fono-audiologia.

5. Como se dá a sua relação profissional com a Diretoria da APAE? A diretoria contribui para solucionar as dificuldades enfrentadas na sala de aula no exercício da prática docente?

É muito boa, contribuindo de forma que ajuda os professores no dia-a-dia.

Boa Sorte!

E muitíssima obrigada por ter participado da Pesquisa!